RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 14 de Novembro de 2026

Max Russi sobre acusação contra militares: "é grave e não deve passar pano"

AVALIAÇÃO

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Max Russi (PSB), avalia como “grave" e "bom” que o exame de balística feito pela Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso (Politec) tenha indicado que a arma pertencente ao executor do advogado Renato Nery era do Estado e que não se deve "passar pano" para quem estiver envolvido no caso. Na última semana, o político foi questionado sobre como a ALMT tem acompanhado o caso após os desdobramentos da Operação Office Crimes - A Outra Face, que investiga o assassinato do advogado Renato Nery, em Cuiabá.

“Muito grave por um lado e bom por outro. Bom por quê? Porque está chegando aos mandantes, a elucidação desse caso. Eu fico feliz, pois Polícia Civil apresenta solução em 90% dos crimes investigados. Confesso que esse crime basicamente me preocupava bastante. [...] É um crime que já tinha um tempo e a sociedade queria uma solução. Eu fico feliz de ver os órgãos de segurança, a polícia atuando, chegando muito próximo dos mandantes”, declarou durante coletiva à imprensa nesta sexta-feira (6).

Para o parlamentar, as investigações devem prosseguir e chegar ao mandante do crime que vitimou o ex-presidente da OAB-MT, independente de quem seja ou qual classe profissional ou política pertença.

“Outro fator positivo, não tá passando pano para ninguém, ou seja, tem que cortar dentro da carne, tem que cortar, é policial, tem que cortar, é político, tem que cortar, onde tiver gente envolvida com o que não é lícito, a gente tem que procurar e a Justiça tá aí para atuar, executar e a justiça ser feita”, complementou.

Indagado sobre o fato de um dos investigados, o cabo Wailson Alesandro Medeiros Ramos, ser ex-segurança do governador Mauro Mendes e ter sido exonerado um dia antes da deflagração da Operação que culminou na prisão de 4 dos envolvidos, Russi se limitou a responder que a pergunta deveria ser direcionada a quem o exonerou.

“Qual que é o motivo da exoneração? Eu particularmente não sei. Sobre os servidores da Assembleia eu sei os motivos. Agora, um servidor do Estado, um dia antes ou 10 dias antes, qual o motivo? Particularmente, eu não tenho conhecimento do motivo da exoneração dele. Eu acho que o secretário-chefe da Casa Civil pode dar essa explicação melhor”, concluiu.

Conforme noticiado por A Gazeta, a perícia técnica apontou que projéteis retirados do corpo do advogado assassinado Renato Gomes Nery, 72, são oriundos da Polícia Militar de Mato Grosso, em lote destinado ao Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam). A pistola Glock, também das forças de segurança do Estado, usada pelo assassino de Nery, foi entregue por policiais militares da Rotam 6 dias depois da execução do advogado, após uma ocorrência de um suposto confronto policial.

Os 4 militares que participaram do suposto confronto, e estão entre os presos de quinta-feira (06), teriam implantado a pistola na ocorrência, atribuindo a propriedade dela às vítimas do confronto. Os 4 PMs também são investigados pela ação em que deixou um morto e um ferido. A chácara estava alugada pelo policial militar Heron Teixeira Pena Vieira que, na data em que Nery foi executado, atuava no setor de inteligência do Batalhão Rotam.

O caso

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa de Cuiabá (DHPP), deflagrou, nesta quinta-feira (6.3), mais uma fase da Operação Office Crimes - A Outra Face, que apura o homicídio do advogado Renato Gomes Nery, que morreu aos 72 anos, atingido por disparos de arma de fogo no dia 5 de julho do ano passado, na frente de seu escritório, na Capital. O advogado foi socorrido e submetido a uma cirurgia em um hospital privado de Cuiabá, mas foi a óbito horas após o procedimento médico.

Fonte: Gazeta Digital